

"

TURISMO NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: NOVAS ALTERNATIVAS PARA OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Diogo Ectore Nodari e Estevan Felipe Pizarro Muñoz

Acadêmicos do Curso de Ciências da Administração da UFSC

Clarilton Cardoso Ribas, Dr.

Professor do Departamento de Zootecnia da UFSC

Valeska Nahas Guimarães, Dr^a.

Professora do Departamento de Pós Graduação em Educação e Serviço Social da UFSC

Liane Carly Hermes Zanella, Ms.

Professora do Departamento de Ciências da Administração da UFSC (Coordenadora)

lianehz@hotmail.com

Resumo

As transformações no meio rural implicam em uma nova dinâmica, que Graziano da Silva (1996) denomina como o "Novo Rural". A nova função que vem adquirindo o turismo no espaço rural é uma alternativa principalmente aos pequenos agricultores. A incorporação dos assentamentos da reforma agrária nesse processo pode servir como mais um sustentáculo para a viabilização da reforma agrária no Brasil. O presente artigo discute essa questão e apresenta três experiências do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Turismo no espaço rural, reforma agrária.

Introdução

As transformações no meio rural brasileiro sugerem uma série de reflexões para o seu desenvolvimento sócio-econômico-ambiental. Segundo Mattei (2004), o campo não pode mais ser identificado apenas pelas atividades agrícolas. Conforme Graziano da Silva (1996), surge o "Novo Rural", conceito utilizado pelo autor que incluem as atividades não agrícolas no espaço agrário brasileiro. O "Novo Rural" implica em novas atividades e serviços, que somadas às tradicionais funções do campo, acarretam uma nova dinâmica ao meio rural.

"

Esse novo movimento vivido pela agricultura brasileira entra em choque com as contradições presentes no seu espaço rural. O Brasil apresenta uma das maiores taxas mundiais de concentração de terras, é um dos poucos países do mundo a não ter realizado a reforma agrária e possui um grande contingente de excluídos que carecem um pedaço de terra para plantar e produzir seu próprio sustento.

Diante dessas necessidades concretas, a sobrevivência no meio rural brasileiro torna-se uma luta que os camponeses necessitam travar à sua própria sorte em razão da inoperância de governos. Nesse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o objetivo de lutar pela terra e pela transformação social. O MST transcende a idéia de reforma agrária como mera institucionalização de lotes de terra para famílias carentes, e luta também por infra-estrutura para os assentamentos, crédito, educação, assistência técnica e uma série de fatores que se fazem necessários para a manutenção do homem no campo com dignidade e qualidade de vida.

Com o tempo e a experiência adquirida, os assentamentos da reforma agrária vêm organizando sua produção em cooperativas e associações, através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) se valendo de ideários autogestionários, com o intuito de se democratizar as relações de produção e proporcionar formas alternativas de gestão.

Com o bom desempenho de alguns assentamentos, inúmeros setores da sociedade vêem-se defronte de uma realidade que não condiz com o convencional, ou seja, trabalhadores organizados produzindo e vivendo de forma coletiva, contrariando a lógica capitalista predominante e concretizando modelos alternativos de organização da sociedade.

Essas experiências se destacam num mesmo momento em que novos conceitos surgem para apontar o desenvolvimento no campo brasileiro, agregando novas atividades junto às tradicionais. Dentre elas destaca-se o turismo no espaço rural, que tem sido uma maneira de se interiorizar o turismo e ao mesmo tempo criar novas fontes de trabalho e renda para as comunidades longínquas na imensidão do espaço territorial brasileiro.

Porém, a atividade turística como é comumente praticada está repleta de ideologias e travestida por práticas muitas vezes contrárias às propostas pelo MST. Como conciliar duas questões que aparentemente não se ajustam? O presente artigo busca contribuir para esse debate.

O artigo se origina a partir do projeto de extensão intitulado "Viabilidade econômica,

"

"

tecnológica e comercial de uma unidade de turismo rural no assentamento de Reforma Agrária *Conquista na Fronteira*”, que tratou de verificar a viabilidade da implantação do turismo enquanto atividade econômica no Assentamento *Conquista na Fronteira*, localizado no município de Dionísio Cerqueira, extremo oeste catarinense.

Os objetivos do artigo tratam sobre as contradições existentes entre a realização da atividade turística, que se utiliza de práticas muitas vezes contrárias às propostas pela organização em estudo, e discute como podem ser alinhados para objetivos comuns. A escolha do tema se deu em função principalmente de sua atualidade, fragilidade e a possível contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do turismo enquanto função estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária. O tema da reforma agrária não é nenhuma novidade, porém o encadeamento desse tema com novas atividades que vem surgindo no meio rural brasileiro pode servir como mais um sustentáculo para esse conturbado campo de discussões.

Material e Métodos

O trabalho se fundamenta em uma pesquisa exploratório-descritivo-integracionista. A etapa exploratória foi necessária para a busca de informações, contextualização do tema e sua sistematização no que se refere ao debate das idéias a respeito do turismo, turismo no espaço rural, questão agrária brasileira, movimentos sociais no campo, para então prosseguir com a análise de uma unidade de turismo no assentamento "Conquista na Fronteira".

A etapa descritiva expôs características de determinada população, conforme os objetivos do trabalho. Além dessas características apresentadas por Vergara (1997) este estudo teve caráter "integracionista". Pois, derivado de um projeto de extensão gratuito, na qual a Universidade transpassa seus conhecimentos à comunidade, o presente trabalho teve como prática principal, construir um debate integrado entre a universidade e a comunidade participante do projeto para a alteração da realidade estudada, integrando e interagindo com a comunidade, construindo a transformação a partir de suas bases.

Para a coleta de dados foi utilizado a orientação proposta por Chizzotti (2001). Os dados primários foram coletados por meio de aplicação de entrevistas semi-estruturada e não estruturadas com pesquisadores, especialistas em turismo rural, representantes de órgãos financiadores e fomentadores da atividade turística e associações representantes de

"

"

organizações relacionadas ao tema. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, jornais, teses, dissertações e na rede mundial de computadores que proporcionassem dados pertinentes para o referencial teórico.

Resultados e Análise

O tema da reforma agrária acarreta uma série de discussões que estão longe de chegar à algum consenso. Atualmente, o tratamento da questão agrária brasileira vem assumindo novos escopos a partir da dinamização da agricultura brasileira em termos de produtividade e competitividade nos mercados externos, que vem assumindo um grande peso no PIB nacional.

Essa dinamização da agricultura brasileira está na maioria das vezes relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias produtivas que apesar de seu alto índice de eficiência, produtividade e alta taxa de retorno financeiro, não incrementam proporcionalmente a quantidade de mão de obra empregada utilizando processos degradantes ao meio ambiente. Devido à cada vez maior complexidade das tecnologias empregadas, a mão de obra exigida é mais seleta e resta aos camponeses não capacitados buscarem outras ocupações e/ou muitas vezes abandonarem o meio rural em busca de seu sustento.

Denota-se, portanto, que a questão agrícola não é a problemática brasileira. O gargalo se encontra na questão agrária: a não realização da reforma agrária no Brasil, lhe sustenta títulos deploráveis, como um dos países mais desiguais do mundo e com uma das maiores concentrações de terra.

Sendo o Brasil um país com maior parte da população concentrada nos centros urbanos, a luta dos interesses do campo fica de fora da pauta de discussão em função dos não menos graves problemas enfrentados pelas cidades, decorrentes da convulsão social existente no país: violência, saúde degradada, poluição, devastação do meio ambiente etc.

Além disto é preciso destacar que as cidades não comportam mais contingentes humanos provenientes do campo. O êxodo rural somente proporciona o crescimento das favelas, o aumento das estatísticas de desemprego e das atividades marginais.

Desprovidos de sérias políticas públicas, a efetiva reforma agrária vem sendo tratada de forma desinteressada em decorrência de fatores históricos. Nesse sentido, a transformação dependerá das pressões externas de seus interessados, ou seja, a grande massa de camponeses que persistem em permanecer em suas raízes. Destacam-se então os movimentos sociais, com

"

"

o intuito de aglutinar forças populares para o enfrentamento dessa questão, que os poderes competentes insistem em permanecer inertes.

Como forma de organizar essa pressão surge o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o intuito de ser o aglutinador de forças populares e a representação destes, que historicamente tiveram um papel de exclusão neste país. Utilizando-se de diferentes formas de pressão, principalmente do movimento de massa, o MST faz da ocupação dos latifúndios improdutivos a sua bandeira e da produção de alimentos e resistência no campo o seu lema. Dessa forma o MST vem alcançando a mídia e conseguindo grandes avanços na questão agrária. O Movimento articula as suas ações políticas em duas modalidades:

- a) Acampamentos: organizações de camponeses ao longo das estradas públicas, invariavelmente em precárias condições de sobrevivência, vivendo sob moradas construídas com lonas plásticas etc.
- b) Assentamentos: após muita resistência nos acampamentos, a terra é conquistada e a desapropriação institucionalizada. A partir daí começa a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, como a instalação de unidades de produção, escolas, centro comunitário, postos de saúde etc.

Conquistada a terra, faltam políticas públicas que ofereçam a infra-estrutura necessária para o camponês se organizar e produzir, dificultando em grande medida a vida dessas pessoas. Com o tempo e a experiência adquirida, o MST vem conseguindo organizar seus assentamentos em forma de associações e cooperativas, utilizando-se de ideários autogestionários para a sua gestão, através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Conforme o caderno de cooperação agrícola nº 5, o SCA tem por finalidade estimular e massificar a cooperação agrícola dentro dos Assentamentos, em suas várias formas, integrando nesse processo os assentamentos individuais [...] é responsável pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos (1998, p. 9).

O MST foi formado oficialmente em 1984 tendo, portanto, 20 anos de existência. Nesse momento, os assentamentos mais antigos vêm adquirindo maturidade nas suas formas de produção e comercialização que permitiram o seu desenvolvimento sócio-econômico.

"

"

Dessa forma, alguns assentamentos da reforma agrária possuem condições exemplares de como pode ser bem sucedida a política da reforma agrária, através de sua experiência concreta de organização. Isso vêm atraindo o interesse de diversos setores da sociedade para a visitação nesses assentamentos, o que vem criando uma nova demanda: o turismo.

O turismo é entendido como fenômeno de deslocamento voluntário ou temporal do homem fora de sua residência habitual e representa uma nova forma de desenvolvimento socioeconômico para a humanidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT, 2001) e vem sendo adotado como uma das atividades estratégicas para compatibilizar a conservação do patrimônio natural, sócio-cultural e respeito à integridade dos mesmos (EMBRATUR, 1995).

A atividade turística pode ser considerada como uma força socioeconômica de grandes proporções em nível mundial. A rapidez do avanço tecnológico, a evolução dos transportes e o progresso das comunicações possibilitaram a redução das distâncias de maneira notável, permitindo que mais pessoas se deslocassem por qualquer parte do mundo em questão de horas. Considerando-se ainda a maior disponibilidade de tempo livre para o lazer, é cada vez maior o número de pessoas que viajam (LAGE; MILONI, 1991, p. 105).

Com as transformações no mundo do trabalho, diversas mudanças estruturais na economia mundial e nas relações de trabalho que vêm ocorrendo. De um modo geral, pode-se constatar o enorme avanço da tecnologia acompanhada de um vertiginoso aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho. Em função disso, a geração de empregos através da indústria já não pode ser considerada como uma realidade.

Nesse sentido, a atividade turística tem sido apontada muitas vezes como o grande potencial de atividade econômica do Brasil. Diversas micro-regiões consideram que a implantação do turismo venha a ser uma fonte geradora de divisas e apostam o futuro nessa atividade em expansão.

No entanto, é preciso cautela nesse processo. Para Luchiani (2002), é necessário autonomia e emancipação das comunidades para o desenvolvimento local sustentável, integrando o turismo com as outras atividades da região baseados no paradigma da sustentabilidade. Segundo a autora (2002, p.122):

Hoje, pode-se dizer, efetivamente, que há uma atividade estratégica do governo para colocar o país no mercado do turismo internacional. Esse projeto, centrado na melhoria da infra-estrutura básica para receber os empreendimentos

"

"

turísticos, na modernização das infra-estruturas turísticas, nas estratégias de marketing internacional e na capacitação de mão de obra, não leva em conta a diversidade sócio-cultural e a participação das populações locais na gestão do território. Infelizmente, essas estratégias vêem o desenvolvimento do turismo com o olhar do estrangeiro. Assim, os grandes projetos têm sido implantados independentemente dos interessados das populações locais e, até mesmo, em detrimento do turismo interno.

Conforme Beni (2002), a atividade turística vem provocando inúmeras conceituações que dificultam sua compreensão. Entretanto, é válido apresentar as tipologias que assume o turismo, dada a complexidade que o tema inspira. Para Smith (apud RIEDL, 2002), as tipologias de turismo estão de acordo com os fatores motivacionais do viajante e podem classificar-se em: étnico, onde se comercializam costumes típicos e exóticos dos povos; cultural, que exploram o pitoresco, os vestígios de uma vida em vias de extinção; histórico, que pode ser considerado como um circuito de ruínas, monumentos e museus e locais históricos da humanidade; ambiental, que pressupõe a integração ser humano e meio ambiente, principalmente em zonas remotas; recreativo, que pode ser resumido pelo conjunto "sol, mar, praia e sexo", que é impulsionado pela beleza do destino.

Araújo (2000), em função das principais atividades que os turistas procuram vivenciar nas suas horas de lazer, apresenta as seguintes tipologias em sua obra: Turismo de Férias, de Aventura, Cultural, de Negócios, de Saúde, Religioso e Ecológico.

Uma nova modalidade de turismo que está sendo praticada no Brasil é denominada como "Turismo Pedagógico". Segundo o Governo do Rio Grande do Norte:

O Turismo Pedagógico se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A viagem é o elemento motivador para dar encanto à educação. No Turismo Pedagógico, os diversos saberes e realidades são articulados como necessidade de reconhecer e conhecer os problemas do mundo, em um ambiente de divertimento e prazeres.

Através do Turismo Pedagógico, se aglutinam mais atividades que se harmonizam ao conceito de turismo sustentável, uma vez que sua principal motivação é educativa, e a educação ambiental é praticada nas três dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais. Além disso, conhecendo localidades da região ou do país, o aluno/turista passa a desenvolver um sentimento de valorização e conservação dos patrimônios sociais, culturais e ambientais

"

"

das comunidades.

Além de todas as modalidades apresentadas, por se tratar de um assentamento da reforma agrária, o turismo a ser desenvolvido se insere na tipologia de turismo rural. O Ministério do Turismo (2003), através de suas diretrizes, considera como a definição oficial de turismo rural, aspectos em que se referem ao turismo, ao território, aos recursos naturais e culturais da sociedade ao afirmar que:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

O turismo rural se baseia em uma aplicação combinada da natureza, contato humano e cultural, com pretensões de benefício mútuo turista-residente e baixo nível de impactos, sendo em grande medida causador da implementação do ecoturismo, turismo étnico e o turismo cultural.

O interesse pela modalidade de turismo no espaço rural, segundo Rodrigues (2001, p. 35), "surge da confluência de dois fatores: de um lado o crescimento da população urbana que se concentra em áreas metropolitanas densamente povoadas; de outro a necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural, o qual tem passado por rápidas e visíveis mudanças". Estudiosos do assunto afirmam que incrementar o turismo no espaço rural a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável é dar condições de atender as necessidades presentes [dos turistas] sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender as necessidades delas (CNUMAD apud SILVEIRA, 2001).

"

: ""

"

Nesse sentido, a opção pelo turismo no espaço rural, representado pelo turismo rural e outras modalidades complementares, apresentam um grande potencial de expansão, na medida em que proporciona aos cidadãos a volta às raízes e saída temporária do caos urbano, e ao mesmo tempo, se insere numa lógica mais saudável e ética da agricultura familiar, atuando como um elemento não-agrícola das atividades agrárias no meio rural brasileiro.

Posto essa fundamentação sobre o turismo e, mais especificamente o turismo no espaço rural, é possível neste momento, traçar um paralelo que permita interligar este tema com a reforma agrária. Se por um lado é preciso desenvolver novas atividades para o meio rural brasileiro, por outro, a democratização da terra é uma demanda que se faz necessária para dinamizar o próprio meio rural. Foi esta lacuna que o presente trabalho tratou de integrar.

As atividades de extensão se basearam no eixo das novas atividades do "Novo Rural", conforme posto por Graziano da Silva (1996), realizando discussões com os assentados sobre este fenômeno que se desenvolve. Foram apresentadas experiências catarinenses de turismo rural, nas cidades de Joinville, Chapecó e Santa Rosa de Lima. Além de terem sido realizadas saídas de campo conjunta com assentados de "Conquista na Fronteira" para visitação das experiências de turismo no espaço rural nos assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul.

O trabalho conseguiu realizar seu principal objetivo, de mostrar com é possível a realização de um projeto que envolve o turismo no espaço rural, que se apresenta como uma nova opção para a agricultura familiar, que nesse caso é representada pelos assentamentos do MST.

O tema do turismo no MST é ainda muito recente, conforme posto, o Movimento foi formado oficialmente em 1984 tendo, portanto, 20 anos de existência, e nesse momento, os assentamentos mais antigos vêm adquirindo maturidade nas suas formas de produção e comercialização que permitiram o seu desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, o interesse de pessoas externas ao MST em estar conhecendo essas experiências é cada vez maior. Cabe destacar que o MST é o maior movimento social da América Latina, e um dos maiores movimentos sociais do mundo.

Não é preciso dizer também que o MST sofre diariamente calúnias e difamações providas daqueles que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento social do Brasil, e que estão a favor da manutenção deste estado de poder que sustenta para o país, o

"

; '"

"

título de país mais desigual do mundo.

No entanto, apesar de suas contradições, como toda e qualquer organização existente, o MST persiste em lutar de frente, carregando a bandeira da reforma agrária, bandeira esta, que como já discutido, está longe de um consenso. Mas o fato é que o MST não esconde por que veio e o que quer, o que incomoda enormemente os setores elitistas da sociedade, que apregoam uma verdadeira guerra midiática e uma mistificação daquilo que seria o Movimento dos Sem Terra.

Nota-se, portanto que a luta pela terra, não se restringe aos limites do espaço rural, ela transcende os campos das análises científicas, políticas, sociais e ambientais. Porém, é preciso reconhecer também, que o Movimento não possui essa força midiática, e suas ações e experiências bem sucedidas simplesmente não chegam aos olhos e ouvidos dos brasileiros.

Dado esse quadro hediondo de mistificação, torna-se extremamente difícil lutar por uma melhoria geral da sociedade, quando a própria sociedade, alienada dos reais acontecimentos, é pré-concebida a enxergar com maus olhos aquilo que é para o bem estar coletivo. E é justamente nesse âmbito que entraria o turismo como uma forma de desmistificar aquilo que é comumente difundido.

É exatamente isso o que vem ocorrendo em alguns assentamentos da reforma agrária no Brasil. Possuindo uma razoável estruturação de produção, comercialização e organização interna, muitos visitantes, incluindo estrangeiros, querem ver com os seus próprios olhos as experiências bem sucedidas que esses assentamentos vêm produzindo.

Com o crescimento dessa demanda, torna-se extremamente dispendioso, receber os visitantes, sem um retorno que a sustente. É justamente neste ponto que o debate sobre a criação de um projeto de turismo enquanto atividade econômica torna-se extremamente frágil dentro do MST.

Não existe hoje, no Brasil, um projeto ou programa de turismo nos assentamentos da reforma agrária que venha ocorrendo sistematicamente enquanto atividade econômica. O que existe, são assentamentos isolados que recebem visitantes esporadicamente, sem um planejamento efetivo, muito mais com o intuito de se divulgar o Movimento, do que com a idéia de se gerar renda e trabalho. Pesquisas realizadas pelos autores apresentaram que no Rio Grande do Sul, através da COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul, entidade estadual que representa o Movimento, houve uma maior discussão e

"

"

aprofundamento desse tema, através do MSTur, um programa de turismo solidário para os assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul e que tinha como intuito o alcance para outros estados brasileiro. É preciso destacar que o programa do MSTur está temporariamente desativado em função de divergências internas que não objetivo de análise no presente artigo.

De qualquer maneira, o turismo do MSTur tinha como público alvo os estudantes, intelectuais, sindicalistas e simpatizantes do MST. Eles eram recebidos com chimarrão, torresmo e cucas, os recém chegados percorrem pocilgas e aviários, conhecem as moradias e a o espaço natural do assentamento. Ao meio dia é servido churrasco acompanhado de saladas, feitas com verduras e legumes produzidos sem agrotóxicos. E ao final da excursão, ocorre mais um encontro entre os visitantes e os assentados para um chá da tarde e encerramento da viagem.

Assim, a comunhão dos visitantes com o assentamento e assentados vai ao encontro da concepção do turismo no espaço rural e do turismo pedagógico, onde os visitantes têm a possibilidade de conhecer de fato, sem a intermediação de terceiros, a realidade de um assentamento da reforma agrária.

O turismo no espaço rural, conforme discutido anteriormente, vem se desenvolvendo como uma nova forma de lazer para os cidadãos que buscam no contato com a natureza e na convivência do dia a dia na vida no campo, um retorno às raízes. Em geral, o turismo no espaço rural, apesar de ter seu início nos modelos de hotéis fazenda, tendo a cidade de Lages como precursora dessa tipologia de turismo no Brasil, se manifesta de melhor maneira em propriedades da agricultura familiar que representam um mosaico muito mais completo e original da vida camponesa.

Um dos assentamentos que consegue criar este ambiente é o Assentamento 30 de Maio, na cidade de Charqueadas. Distante 70 Km da capital Porto Alegre. O assentamento existe desde 1990 e no início era formado por 46 famílias que constituíam a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda – COPAC, e se organizaram em agrovilas. O assentamento possui um total de 850 hectares, mas apenas 500 hectares são pertencentes a cooperativa, o restante é destinado ao uso individual de cada assentado, sendo que cada um escolhe a melhor maneira de utilizar a parte que lhe foi destinada. Atualmente são

"

"

27 famílias que trabalham coletivamente, sendo que as demais estão organizadas de forma individual.

A idéia inicial de desenvolver o turismo como atividade estratégica e geradora de renda, surgiu com o programa de turismo do MST desenvolvido no Rio Grande do Sul, o MSTur. No assentamento já vinha sendo trabalhada a idéia do turismo, mas de maneira solidária, sem o objetivo de constituir a atividade como fonte geradora de renda. Primeiramente o objetivo principal de abrir o assentamento a visitantes era de desmistificar o Movimento, assim, os visitantes apenas arcavam com os custos da visita. A nova proposta vinda da Secretaria Estadual do MST se baseava na idéia de profissionalizar esta atividade, já que o assentamento se tornou uma referência para as Universidades do Estado, e também para os participantes do Fórum Social Mundial, que buscam conhecer como se desenvolve rotina no assentamento.

Apesar de receber um grande número de visitantes, o turismo ainda não é considerado uma atividade estratégica do assentamento 30 de Maio. Isso é decorrente também em função da falta de pessoas no assentamento para estarem desenvolvendo a atividade turística. Além disso, com o insucesso do programa do MSTur, as visitas não possuíam uma periodicidade constante, impedindo a geração de divisas seguras para o assentamento.

Constatou-se, portanto, que no Assentamento 30 de maio, a realização da atividade turística enquanto atividade econômica ainda é incipiente e pouco sistematizada. Apesar disso, o diferencial perante os outros assentamentos visitados, é de que suas visitas terminam invariavelmente no mercado do assentamento, que proporciona a venda de produtos e com isso complementa a renda do assentamento.

Um segundo assentamento que foi alvo da pesquisa, localiza-se na cidade de Nova Santa Rita que se situa à aproximadamente 22 km da capital Porto Alegre. O assentamento Capela é formado por 100 famílias, entretanto a cooperativa é constituída por apenas 31 famílias que trabalham de forma coletiva, as demais trabalham de maneira individual.

O assentamento possui aproximadamente 2000 hectares, sendo que os lotes por família ficaram em torno de 17 hectares cada. Em 5 de maio de 1994, foi criada a COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita. O assentamento está organizado em agrovila e sua estruturação é semelhante ao modelo da COOPERUNIÃO, cada família possui um lote de 800 m² para uso de acordo com o regimento interno.

"

"

Uma das dificuldades encontradas na cooperativa também se refere à falta de mão de obra. A COOPAN possui 40 associados. Os jovens ainda estão em fase de aprendizagem e muitas mulheres trabalham como empregadas domésticas na capital Porto Alegre. A atividade turística no assentamento começou como uma sugestão do Movimento Estadual e na agência de turismo. Apesar de o assentamento receber periodicamente a visita de franceses, alemães, italianos e espanhóis, a demanda principal é constituída na maior parte por visitantes do próprio estado, que assim como o assentamento 30 de Maio é representado por estudantes secundaristas e universitários.

O objetivo principal com a recepção de visitantes é divulgar os resultados da reforma agrária. Com o turismo, *“os visitantes compravam os produtos da reforma agrária e ao mesmo tempo se divulgava o Movimento. O Fórum Social Mundial proporcionou boa parte dos estrangeiros, sendo que em uma edição vieram representantes de 40 países para visitar o assentamento”*, afirma o coordenador do setor de turismo do MSTur, Rodrigo Lopes.

Devido a todas as dificuldades por que passa o assentamento, atualmente o turismo hoje está à mercê de uma maior participação da Direção Estadual do Movimento, que inicia o processo, mas que no momento suspendeu o projeto de maneira indefinida, além de que a COOPAN aparenta não estar muito animada para a recepção de visitantes. De qualquer forma, a estruturação do assentamento para a atividade turística pode ser considerada boa somente para o turismo excursionistas, ou seja, onde o visitante permanece menos que 24 horas no destino.

A terceira experiência visitada foi o assentamento Regional Filhos de Sepé, localizado em Viamão que dista em torno de 24 km de Porto Alegre. É o maior assentamento do Estado do Rio Grande do Sul com aproximadamente 9.406 hectares e 376 famílias ao todo. É um assentamento regional, subdividido em 4 assentamentos menores devido a seu grande porte, a saber: assentamento Sepé Tirajú (setor A) – 123 famílias; assentamento Milton Baradin (Setor B) – 20 famílias; assentamento Novo Horizonte (Setor C) – 128 famílias e assentamento Águas Claras (Setor D) – 105 famílias.

O assentamento existe desde 1999. Era uma antiga fazenda estruturada para a produção do arroz. Posteriormente a propriedade foi vendida a um outro proprietário que a modificou com o intuito de criação de gado. A organização das famílias no assentamento

"

"

Filhos de Sepé ocorre de maneira individual, sendo que o assentamento foi dividido em áreas para viver e áreas para a lavoura. A área para a lavoura fica muito distante das casas, chegando até a 13 km de distância, inviabilizando o trajeto diário a pé dos agricultores assentados, que invariavelmente necessitam pernoitar em cabanas construídas de maneira precária na área de lavoura. *“O problema das lavouras é que não possui estrutura para morar. Não há energia elétrica, água encanada, é um lugar muito frio, é possível ter enchentes e existem muitos mosquitos no verão. Dia de chuva é uma coisa impressionante na região”*, afirma Zanque, assentado entrevistado.

Todo o assentamento faz parte da bacia do Rio Gravataí. Além disso, faz parte do APA – Área de Preservação Ambiental. Dentro do assentamento existe uma área de animais silvestres, um refúgio, onde pode ser encontrado cervo de pantanal, jacaré do papo-amarelo, pacas, dentre outros. O complexo pode ser apontado como uma das áreas mais importantes para a conservação de aves do Rio Grande do Sul, apresentando relevância mundial e lá está localizado uma Unidade de Conservação do SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul.

No assentamento existe apenas uma experiência formada de cinco famílias que se organizam coletivamente, eles formam uma associação, mas que ainda está muito incipiente. A preocupação principal dessas famílias é estar viabilizando a produção de maneira integrada com o meio ambiente. A prática do dia a dia proposta pelo MST é praticamente inexistente no assentamento Filhos de Sepé, o que acarreta em uma grande desunião. Um dos motivos que criam esse problema é a possibilidade de se arrendar a terra e ir trabalhar na cidade, procedimento que acaba atraindo uma parcela elevada dos assentados.

Com essa desorganização para com a produção e a própria falta de organização interna, torna-se quase impossível imaginar um projeto de turismo, mesmo que ambiental, que seria a principal característica do assentamento Filhos de Sepé. É preciso que o assentamento passe por uma reestruturação organizacional, já que a produção está muito mal organizada, inviabilizando qualquer projeto turístico para o assentamento. Apesar disso, o local recebe muitas visitas, mesmo não existindo nada sistematizado. A Direção Estadual do MST possui um complexo, um centro com uma boa estrutura para a realização de eventos de grande porte e uma casa que foi reformulada para servir como um alojamento coletivo.

Segundo Rodrigo Lopes da COCEARGS, o objetivo da Direção Estadual é transformar esse centro em uma pousada. Lá já foram realizadas algumas experiências de

"

"

eventos internacionais com 90 a 100 pessoas. Embora seja um centro que pertença à direção estadual do MST, este pode ter um duplo caráter segundo Rodrigo Lopes: para atividade políticas do MST e para atividades turísticas do assentamento, quando não estiver sendo utilizado.

Denota-se, portanto, que o assentamento Filhos de Sepé, diferencia-se enormemente dos outros assentamentos visitados pela sua riquíssima biodiversidade. Mas sua desorganização interna, marcadamente individualizada e arrendada impede que os princípios do MST se estabeleçam, o que em um primeiro momento, não pode caracterizar um destino turístico original do MST. O turismo da reforma agrária teria como intuito principal a divulgação de experiências bem sucedidas da reforma agrária. Isso talvez possa estar relacionado com o pouco tempo de existência do assentamento, mas a prioridade, conforme os autores, é antes de se estar viabilizando uma atividade turística, é a organização da produção e da comunidade local sob os princípios do MST.

Considerações Finais

O meio rural assume cada vez mais importância para o desenvolvimento do Brasil. Tratar sobre esse tema acarreta na incorporação de inúmeras facetas que ele abarca. Uma delas diz respeito à questão agrária brasileira e todas as suas contradições.

Ao encontro disso, o "Novo Rural", conforme destacado por Graziano da Silva (1996), vem agregando novas atividades as já tradicionais atividades agropecuárias. Uma delas é o turismo no espaço rural, que representa uma fuga dos cidadãos do caos urbano e um retorno às raízes através da convivência com os camponeses e sua rotina.

O turismo no espaço rural, apesar de ter seu início marcado nos hotéis fazenda de Lages, em Santa Catarina, possui uma autenticidade muito maior quando praticada em propriedades da agricultura familiar, que representa de forma muito mais original o mosaico de possibilidades que a vida no campo proporciona, além de servir como mais um mecanismo de geração de trabalho e renda para as famílias no campo.

Nesse sentido, a consideração dos assentamentos da reforma agrária de estarem praticando essa modalidade de turismo pode se tornar mais uma estratégia da viabilização desses assentamentos. Na medida em que os assentamentos da reforma agrária, possuem como objetivo primordial a produção de alimentos para a população brasileira, a prática da

"

"

atividade turística poderá complementar sobremaneira a renda dessas famílias, ao mesmo tempo que ajuda a desmistificar o MST e divulga as experiências bem sucedidas da reforma agrária.

Dessa forma, os visitantes (nacionais e estrangeiros), tem a possibilidade de conhecer com os próprios olhos essas experiências sem o intermédio de terceiros, realizando ao mesmo tempo um turismo pedagógico e no espaço rural. Os impactos dessa atividade ainda são incertos, mas o objetivo é que com a desmistificação do Movimento, o apoio da população brasileira e mesmo internacional seja maior, e ajude a alavancar o processo de reforma agrária no Brasil, que como bem destaca Plínio de Arruda Sampaio, economista da UNICAMP, é um processo eminentemente político.

Referências

ARAÚJO, J. G. F. **ABC do turismo rural**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia do turismo**. Caias do Sul: EDUCS, 2002

CAMINI, I. (coord.) **Construindo o caminho numa escola do assentamento do MST: Fazendo escola**. Veranópolis, RS: ITERRA, 2000.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos, sociedade e agricultura**, nº 11, out. 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

"

"

COOPERUNIÃO, **Regimento interno**. Dionísio Cerqueira: [s.n.], 1997.

EMBRATUR. **Legislação brasileira de turismo**. 1984.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LUCHIARI, M. T. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia do turismo**. Caias do Sul: EDUCS, 2002.

MATTEI, L. Turismo rural e ocupações rurais não agrícolas: o caso de Santa Catarina. In: **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.) Brasília, DF: Embrapa, 2004. v.6. cap.6.

MINISTÈRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. 2003.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES – MPA. **Dados e informações comparativas da produção nas grandes, médias e pequenas propriedades agrícolas**. Porto Alegre: 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **Desenvolvimento do turismo sustentável**: manual para organizadores locais. Publicação de turismo e ambiente. s/ data.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

"

"

VERGARA, S. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

"

"

"